



**11ª CONFERÊNCIA
MUNICIPAL DE SAÚDE
FLORIANÓPOLIS**

30, 31 DE MARÇO E 01 DE ABRIL DE 2023

11ª Conferência Municipal de Saúde de Florianópolis

Tema: “Garantir Direitos e Defender o SUS, a Vida e a Democracia! Amanhã Vai Ser Outro Dia”

RELATÓRIO FINAL

**Florianópolis
30, 31 de março e 1º de abril de 2023**





**11ª CONFERÊNCIA
MUNICIPAL DE SAÚDE
FLORIANÓPOLIS**

30, 31 DE MARÇO E 01 DE ABRIL DE 2023

Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prefeito

Topázio Silveira Neto

Secretária de Saúde

Cristina Pires Pauluci

Mesa Diretora do Conselho Municipal de Saúde (Gestão 2018-2022)

Presidente

Cristina Pires Pauluci

Vice-Presidente

Albertina Prá da Silva

1º Secretária

Josimari Telino de Lacerda

2º Secretário

Sulimar Vargas Alves

Suplente

José Carlos Meirelles

Produzido pela Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde

Secretária Executiva

Gerusa Machado

Socióloga

Silvia Eloisa Grando Águila

Assistente Administrativa

Fernanda Cristina Moura

Estagiárias:

Camila Pelegrini Bertolin

Julia Coelho

Karen Fernandes Silva

SUMÁRIO

1. Apresentação.....	4
2. Comissões da 11ª Conferência Municipal de Saúde de Florianópolis	7
2.1 Comissão Organizadora	7
2.2 Secretaria Geral.....	7
2.3 Relatoria	7
2.4 Comunicação, Informação e Mobilização	8
3. Desenvolvimento dos Trabalhos	9
3.1 Etapas preparatórias	9
3.2 Programação da 11ª Conferência Municipal de Saúde de Florianópolis ..	10
3.3 Quadros dos Eventos com o número de participantes	10
3.4 Abertura.....	11
3.5 Grupos de Trabalhos – GT	14
4. Propostas Aprovadas na Plenária Final	15
4.1 Propostas Aprovadas de Abrangência Estadual e Nacional.....	15
4.2 Propostas de Abrangência Municipal	16
5. Moções	25
6. Delegados Eleitos na 11ª CMSF para representar Florianópolis na Etapa Macroregional da Grande Florianópolis	29
7. Anexos	30
7.1 Anexo 1	
RESOLUÇÃO Nº. 07/CMS/2022, Diário Oficial Eletrônico de Florianópolis Edição nº3286 -26 de setembro de 2022 – pág.3. Dispõe sobre a aprovação da realização da 11ª Conferência Municipal de Saúde de Florianópolis.	
7.2 Anexo 2	
DECRETO N. 24.446, Diário Oficial Eletrônico de Florianópolis Edição nº 3323 – 22 de novembro de 2022 - pág. 1. Convoca a 11ª Conferência Municipal de Saúde de Florianópolis.	
7.3 Anexo 3	
RESOLUÇÃO Nº. 08/CMS/2022, Diário Oficial Eletrônico de Florianópolis Edição nº 3331 - 2 de dezembro de 2022 – pág. 11. Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno da 11ª Conferência Municipal de Saúde de Florianópolis.	
7.4 Anexo 4	
REGULAMENTO da 11ª Conferência Municipal de Saúde de Florianópolis apresentada na 212ª Plenária do Conselho Municipal de Saúde realizada em 28 de fevereiro 2023. Versão final aprovada na Plenária de Abertura da 11ª Conferência Municipal de Saúde de Florianópolis, realizada em 30 de março de 2023.	

1. APRESENTAÇÃO

A 11ª Conferência Municipal de Saúde de Florianópolis foi realizada nos dias 30 e 31 de março e 1º de abril de 2023 na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, etapa municipal da 9ª Conferência Estadual de Saúde de Santa Catarina e da 17ª Conferência Nacional de Saúde.

A escolha do tema central: “Garantir Direitos e Defender o SUS, a Vida e a Democracia! Amanhã Vai Ser outro Dia” é uma referência celebratória aos 35 anos da promulgação da Constituição Cidadã e do Sistema Único de Saúde, comemorados neste ano!

O tema central foi trabalhado em quatro eixos:

- I – O Brasil que temos. O Brasil que queremos;
- II – O papel do controle social e dos movimentos sociais para salvar vidas;
- III – Garantir Direitos e defender o SUS, a vida e a democracia;
- IV – Amanhã será outro dia.

Para fortalecer o debate junto a população sobre a saúde em nosso município, foram realizadas etapas preparatórias, sendo **12 Conferências Livres**: Saúde Bucal, Saúde da População em Situação de Rua, Saúde da População Negra, Saúde da Mulher, Saúde da Criança e do Adolescente, Saúde da Pessoa Idosa, Saúde Mental, Saúde da População LGBTQIAPN+, Assistência Farmacêutica, Práticas Integrativas e Complementares de Saúde, Atenção Primária em Saúde e da Enfermagem; e **4 Pré Conferências Distritais de Saúde** nas regiões: Centro, Continente, Norte e Sul.

As conferências livres ampliaram os espaços de participação social e cada conferência pode encaminhar até 10 propostas para a discussão nos grupos de trabalho da 11ª Conferência Municipal de Saúde, garantindo a representação dos temas discutidos.

Neste grande mosaico de construção coletiva e democrática, destacamos que, entre as etapas preparatórias e a 11ª Conferência Municipal e Saúde, contamos com a participação de **1971** pessoas!

Na Plenária Final foram aprovadas **98** propostas municipais, **4** propostas de abrangência Estadual/Federal e **7** Moções. Foram eleitos **12** delegados: **6** delegados pelo segmento usuários, **3** delegados do segmento profissional de saúde e **3** delegados do segmento gestor/prestador de saúde que representarão nosso município na Etapa Macrorregional da Grande Florianópolis, que acontecerá em Biguaçu nos dias 18 e 19 de abril de 2023.

Na noite de 30 de março aconteceu a abertura com as presenças de: Topázio Neto, Prefeito Municipal de Florianópolis; Irineu Manoel de Souza, Reitor da UFSC; Letícia Mattos, Secretária Adjunta representando a Secretária de Estado da Saúde de Santa Catarina Sra. Carmen Zanotto; Vitória Davi, representando o Conselho Nacional de Saúde; Cristina Pires Pauluci, Secretária Municipal de Saúde; e Albertina Prá da Silva, Coordenadora Geral 11ª Conferência Municipal de Saúde e Vice presidente do Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis, que destacaram a importância do diálogo na construção da Política de Atenção à Saúde entre usuários, profissionais de saúde, gestores, movimentos sociais e demais forças vivas da sociedade nesta 11ª Conferência Municipal de Saúde de Florianópolis.

Também houve o momento de reconhecimento aos que contribuíram com seu trabalho para a consolidação do SUS e a defesa da saúde pública, universal, integral, gratuita e de qualidade. Os homenageados foram:

- Carlos Alberto Justo da Silva, ex-Secretário da Saúde de Florianópolis;
- Professor Marco Aurélio da Ros, *in memoriam*;
- Clécio Antonio Espezim, ex-Secretário Municipal de Saúde e servidor da Secretaria de Estado da Saúde, *in memoriam*.

A palestra de abertura da 11ª Conferência foi realizada pelo Dr. Felipe

Proenço de Oliveira, Doutor em Saúde Coletiva pela Universidade de Brasília, atualmente Secretário Adjunto, representando o Dr. Nésio Fernandes, Secretário da Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde.

A Comissão Organizadora da 11ª Conferência Municipal de Saúde de Florianópolis agradece a todos que colaboraram com a realização deste importante evento democrático do controle social!

Aos coordenadores, facilitadores, relatores, organizadores, profissionais e usuários que contribuíram com as ações necessárias para assegurar o pleno andamento e manutenção da conferência, toda a gratidão!

Reforçamos nosso agradecimento ao grande exército de militantes do SUS que nos auxiliaram na divulgação e entrega dos cartazes e panfletos nos locais de grande circulação, colocando a Conferência nos meios de comunicação da nossa cidade e nas redes sociais.

Nosso especial reconhecimento aos delegados eleitos que representaram Florianópolis e defenderam as propostas da 11ª Conferência Municipal de Saúde de Florianópolis! Certamente o produto do trabalho desses dias será um importante referencial para orientar a Política de Saúde do município conforme as demandas da sociedade. O SUS somos todos nós!

Comissão Organizadora da 11ª Conferência Municipal de Saúde
Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde

Contato

Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis
Av. Prof. Henrique da Silva Fontes, 6.100 - Trindade
Florianópolis - SC - CEP 88.036-700
(48) 3239-1549 | 3239-1580 | whatsapp (48) 3248-6602
cms.pmf.sc.gov.br | cmsaude.floripa@gmail.com

2. COMISSÕES DA 11ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FLORIANÓPOLIS

Com as publicações dos documentos oficiais: Resolução nº. 07/CMS/2022, 26 de setembro de 2022 (Anexo 1), do Decreto Municipal 24.446 de 22 de novembro de 2022 (Anexo 2), do Regimento Interno (Anexo 3) e do Regulamento (Anexo 4) deflagramos os trabalhos de construção da 11ª Conferência Municipal de Saúde de Florianópolis. Para nortear os trabalhos, instaurou-se as Comissões: Organizadora, Secretária Geral, Relatoria, Comunicação e Mobilização. A seguir a composição das Comissões:

2.1. Comissão Organizadora

Coordenadora Geral: Albertina Prá da Silva

Fernanda Manzini
Gerusa Machado
Janaina Conceição Deitos
Leonilda Delourdes Gonçalves
Luciele Soares
Melissa Costa Santos
Talita Cristine Rosinski
Telma Pitta
Vera Lucia Ferreira
Vitória Davi Marzola

2.2. Secretaria Geral

Secretária Geral: Gerusa Machado

Secretária Adjunta: Silvia Eloisa Grando Águila

2.3. Relatoria

Relatora Geral: Josimari Telino de Lacerda

Relatora Adjunta: Débora Martini

Agata Pereira
Ana Cristina Magalhães Fernandes Báfica
André de Bastiani Lancini
Ariadna Belinda Saavedra Ibacache
Aurea Bomfin
Bruna Silveira Monteiro
Carolina Carneiro de Melo
Daniela Salomé Andrade
Dora Carolina Saldanha

Edenice Reis da Silveira
Evandro Silveira
Felipa Rafaela Amadigi
Fernanda Manzini
Giovana Kharfan de Lima
Isabel Cardoso de Carvalho
Isadora Ferreira Teixeira
Janaina Conceição Deitos
Julia Pinheiro Machado
Katuscia Graziela Pereira
LaineMotter Oliveira
Laura dos Santos Ramos
Leticia PresserEhlers
Luciane Anita Savi
Maira Manerich
Marina Gutιά
Mayara P. Martins
Melissa Costa Santos
Mislaine Edna Pereira
Samuel Nascimento
Thaina de Souza Kagaochi
Thais IoriSponda
Valentina Rossignolo
ValeskaMaddalozzoPivatto

2.4. Comunicação e Mobilização

Coordenador Geral: Werner Rodrigues Franco

Coordenador Adjunto: Emerson de Jesus Duarte

Camila Pelegrini Bertolin
Diogo Bittencourt Hildebrand
Fernanda Fernanda Cristina Moura
Janete Maria Nuremberg (Registro de Imagens)
José Adelino Alves (Registro de Imagens)
Julia Coelho
Karen Fernandes Silva
Lisia Maria Barth
Sandro BilistkiGrams

3. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

3.1 Etapas preparatórias

A construção de uma Conferência inicia bem antes do evento em si. Basicamente, o processo se inicia com o envolvimento de todos, profissionais de saúde, comunidade em geral, usuários, prestadores de serviços e gestores no compromisso de melhorar a política de saúde e o acesso aos serviços da Rede de Atenção em Saúde em nosso município. Com esse olhar, os Eixos Temáticos são aprofundados nas etapas preparatórias.

Foram realizados **16 eventos**: **4** Pré-Conferências Regionais, **12** Conferências Livres, nos quais contamos com **1135** participantes! A pauta SUS agitou nossa cidade nesses encontros na defesa da saúde pública, universal, integral, gratuita, de qualidade e com a construção de propostas que foram encaminhadas para os grupos de trabalhos da Conferência!

Na 11ª Conferência Municipal de Saúde de Florianópolis o número de delegados inscritos foram **836**, sendo **387** usuários, **377** profissionais de saúde e **72** gestores/prestadores de serviço!

Em todo o processo de Conferência de Saúde contamos com uma efetiva participação de todos os segmentos e movimentos da sociedade, entre as etapas preparatórias e a 11ª Conferência Municipal de Saúde, circularam **1971** pessoas!

3.2 Programação da 11ª Conferência Municipal de Saúde de Florianópolis

Data	Horário	Programação
30 de março (quinta-feira)	18h	Credenciamento e Acolhimento
	18h30min	Cerimônia de Abertura
	19h30min	Palestra de Abertura
	20h40min	Leitura e Aprovação do Regulamento
	21h	Encerramento
31 de março (sexta-feira)	13h30min	Acolhimento e Divisão dos Grupos de Trabalho
	16h	Intervalo do café
	18h	Término dos debates nos Grupos
	18h	Trabalho de Consolidação da Relatoria
01 de abril (sábado)	09h30min	Plenária Final (apresentação das propostas)
	15h	Escolha dos Delegados da Conferência Macrorregional de Saúde
	16h	Encerramento

3.3 Quadro dos Eventos com o número de participantes

2023	Conferência Livre / Pré-Conferência Distrital	Nº de participantes
09/02	SAÚDE BUCAL	135
28/02	SAÚDE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	31
01/03	SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA	39
02/03	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	95
06/03	PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES	134
09/03	SAÚDE DA MULHER	50
13/03	SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	51
14/03	ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	70
15/03	SAÚDE DA PESSOA IDOSA	41
15/03	LGBTQIAPN+	32
16/03	SAÚDE MENTAL	105
20/03	ENFERMAGEM	28
23/02	DISTRITO DE SAÚDE CENTRO	79
28/02	DISTRITO DE SAÚDE CONTINENTE	72
02/03	DISTRITO DE SAÚDE SUL	96
07/03	DISTRITO DE SAÚDE NORTE	77
Sub-Total	16	1135
30/03, 31/03 e 01/04	11ª Conferência Municipal de Saúde de Florianópolis	836
TOTAL DE PARTICIPANTES		1971

3.4 Abertura

No dia 30 de março de 2023, às 18h, deu-se a Cerimônia de Abertura com o acolhimento e boas-vindas da mestre de cerimônia Janaína Deitos. Compuseram a mesa desta solenidade:

- Topázio Neto** – Prefeito de Florianópolis
- Irineu Manoel de Souza** – Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina
- Letícia Mattos** – Secretária Adjunta da Secretaria Estadual de Saúde de Santa Catarina
- Cristina Pires Pauluci** – Secretária Municipal de Saúde de Florianópolis
- Albertina Pra da Silva** - Coordenadora Geral da 11ª Conferência Municipal de Saúde de Florianópolis
- Vitória Davi** – Representante do Conselho Nacional de Saúde

Sra. Albertina agradeceu a todos pela presença e anunciou a abertura oficial do evento. Os convidados realizaram seus pronunciamentos na ordem: Cristina Pires Pauluci, Vitória Davi, Leticia Matos, Irineu Manuel de Souza e Topazzio Neto.

Em seguida, fez-se um minuto de silêncio pelas vítimas da COVID-19. Passou-se ao momento de homenagens, com destaque a três pessoas que contribuíram durante suas jornadas na defesa incessante do Sistema Único de Saúde, com exibição de vídeos e entrega de Placas de Agradecimento:

- Carlos Alberto Justo da Silva - Ex-Secretário da Saúde de Florianópolis, mais conhecido como Professor Dr. Paraná, possui graduação em Medicina pela Universidade Federal de Santa Catarina de 1977, fez mestrado e doutorado. Destaca-se pelas funções desempenhadas: Vice-presidente do Sindicato dos Médicos, Diretor do Hospital Florianópolis, Diretor do Centro de Ciências da Saúde da UFSC, Presidente da Associação Brasileira de Hospitais Universitários, vice-reitor da UFSC e Diretor-Geral do Hospital Universitário da UFSC em dois períodos. O Professor Paraná foi também presidente do Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis e enfrentou

grandes desafios como a Pandemia de COVID 19, alcançando marcas importantes de vacinação e testagem no município. Recebeu das mãos do Prefeito de Florianópolis, Topázio Neto, a Placa de Agradecimento.

- Professor Marco Aurélio da Ros - *in memoriam*. Conhecido entre nós como Marcão, Médico pela Universidade Federal de Pelotas - Rio Grande do Sul em 1975 e pós graduações na área da Saúde Pública. Aposentou-se como professor titular do Departamento de Saúde Coletiva – UFSC. Segundo suas próprias palavras: “quase todo o tempo que trabalhou nessa Universidade Federal, foi em defesa do SUS”. Essa foi sua principal bandeira. Sua atuação, desde a militância quando era estudante de Medicina, ajudou a construir o Sistema Único de Saúde como ele é hoje. Marcão atuou como ativista da Saúde Pública desde a ditadura e ao longo de sua vida. Junto ao Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis, Marcão participou de diversas rodas de debates e Conferências, em especial a de 2015 onde realizou a abertura desta. Marco Aurélio da Ros, nosso Marcão, faleceu aos 72 anos, em novembro de 2022. A professora Marta Verdi, em nome da família, recebeu a Placa de Agradecimento a qual cita uma frase do professor Marco “uma vez que éramos picados pela mosca azul da saúde coletiva, não tinha mais volta”.

- Clécio Antonio Espezim - *in memoriam*. Graduou-se em Farmácia e Bioquímica pela Universidade Federal de Santa Catarina em 1977, se especializou em Saúde Pública pela Fundação Osvaldo Cruz. Em 2000, obteve o título de Mestre em Saúde Pública pela UFSC e em 1979 tornou-se servidor público do Estado, ocupando expressivos cargos como sanitarista. Foi um dos responsáveis pela implementação do SUS em Santa Catarina após a publicação das Leis orgânicas da saúde 8080 e 8142/90. Também foi Professor na UFSC. Exerceu o cargo de Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Florianópolis. Já entre 2012 e 2014, Clécio foi Secretário Municipal de Saúde e Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis. Frase dita por ele: “São muitos os caminhos que percorremos em nossas vidas. O melhor deles é o que não tem fim”. Clécio faleceu em março de 2022. A Placa de Agradecimento foi entregue a seus familiares presentes.

Finalizado o momento de homenagens, a Mestre de Cerimônias Janaina Deitos pede uma salva de palmas a todos os profissionais de saúde que doaram e doam suas vidas em prol da saúde coletiva.

A solenidade de abertura foi encerrada após os avisos da programação dos próximos dias do evento.

Em seguida a secretária executiva do Conselho, Gerusa Machado, procedeu a leitura do regulamento da 11ª Conferência Municipal de Saúde, incluindo as sugestões de alteração do texto que consistiam no aumento do número de propostas aprovadas pelos Grupos de Trabalho, que passariam a ser até 20 propostas municipais, até 2 propostas de âmbito estadual/nacional e 1 proposta macroregional. O Regulamento foi aprovado com a alteração sugerida.

Iniciou-se a palestra do Prof. Dr. Felipe Proença de Oliveira - Secretário Adjunto da Secretaria de Atenção Primária - Ministério da Saúde tendo como moderadora a professora Silvana Nair Leite, representante do Sindicato dos Farmacêuticos no Estado de Santa Catarina - SINDFAR/SC no Conselho Municipal de Saúde com o tema: “Amanhã será outro dia para o SUS e para a APS”, com foco na Atenção Primária em Saúde – APS do futuro.

Na oportunidade o palestrante abordou os compromissos do atual Ministério da Saúde- MS com a retomada da valorização dos territórios e da participação popular nas políticas públicas de saúde: “O SUS como política de Estado e não como política de governo”. “O SUS sofre resistências”, sabe-se dos grandes interesses econômicos postos sobre o Sistema Único e das críticas sistemáticas ao modelo, principalmente por parte daqueles que acreditam que não o utilizam. No período de 2016 a 2022, os desafios que estão colocados para o SUS desde a sua criação geraram uma piora generalizada dos indicadores. Entre os atuais desafios da APS, que o MS pretende enfrentar, estão: a baixa capacidade de incorporação tecnológica e da inovação em serviço; a dificuldade para sustentabilidade do financiamento (que abre espaço para a terceirização do serviço); a desmobilização do cuidado

multiprofissional; a baixa cobertura da saúde bucal; a marca 65 a 70% de cobertura da Estratégia Saúde da Família - eSF; a persistência das iniquidades; a fragilidade das estratégias de educação permanente; a necessidade de reestruturar o papel da APS na Rede de Atenção em Saúde e o pouco investimento nas residências multiprofissionais em Saúde da Família. Em resposta a tais desafios, os caminhos para a APS, incluem: escutar o usuário, os trabalhadores, gestores e todos que possuem pensamento estratégico na saúde; dimensionar os recursos humanos e promover incorporação tecnológica; alcançar uma cobertura de 90% na eSF; serviços acessíveis e de qualidade; cuidado multiprofissional com escopo ampliado na APS; integralidade e rede com ações intersetoriais; transformar a rede de serviços da APS em rede de ensino e pesquisa aplicada ao SUS. “A Atenção Primária do futuro é aquela em que a empregadora e a empregada fazem pré-natal na mesma unidade”. Dr. Felipe reafirma que amanhã será um outro dia para o SUS e para a Atenção Primária à Saúde, trazendo esperança para os ouvintes.

O tema abordado pelo palestrante despertou o interesse dos conferencistas e convidados por se tratar do futuro do Sistema Único de Saúde, após os retrocessos que foram impostos ao Sistema no Governo anterior. O espaço foi aberto para perguntas, as quais foram respondidas pelo palestrante ao final.

3.5 Grupos de Trabalhos - GT

No segundo dia da Conferência, 31/03, houve a formação de 8 GTs, com a presença de um coordenador, um facilitador e três relatores para conduzir os trabalhos. Nesses Grupos foram debatidas, suprimidas ou qualificadas as propostas aprovadas nas Conferências Livres e Distritais, bem como a criação de novas. Cada GT poderia apresentar até 20 propostas municipais, até 2 propostas de âmbito estadual/nacional e 1 proposta macroregional. O produto de cada GT passou pela Comissão de Relatoria que realizou a organização e consolidação das propostas para a Plenária Final.

4. PROPOSTAS APROVADAS NA PLENÁRIA FINAL

4.1 Propostas Aprovadas de Abrangência Estadual e Nacional

Na Plenária Final foram apresentadas 16 propostas contemplando as esferas Estadual e Nacional. Estas propostas foram submetidas a votação dos delegados, dos segmentos de usuários, profissionais de saúde e gestores/prestadores de serviço da 11ª Conferência Municipal de Saúde por meio de cédulas impressas e plataforma Google forms onde foram aprovadas 4 propostas na Plenária Final:

1. Implantar integralmente a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) estadual, nos moldes reforma psiquiátrica e nas Conferências Municipais de Saúde Mental em 2022. Assegurar a qualificação dos profissionais de saúde da APS para um atendimento oportuno e adequado, a ampliação dos equipamentos existentes e a implantação de CAPS III adulto, CAPS Álcool e Drogas III, CAPSi, Serviço Residencial Terapêutico, leitos hospitalares para saúde mental em hospitais gerais, Serviços de Reabilitação das Questões de Aprendizagem, TEA e TDAH, Centro de Convivência e Cultura segundo a realidade dos municípios, a fim de fortalecer os cuidados de saúde mental. Realizar treinamento e educação permanente em saúde mental e álcool e outras drogas para profissionais da Atenção Primária e Urgência/Emergência.

2. Garantir o acesso aos serviços de interrupção legal da gestação ofertado por equipe multiprofissional capacitada e aumento de instituições que ofertam o serviço com imediata transparência dos protocolos e dados epidemiológicos sobre os abortamentos realizados no estado de Santa Catarina, bem como disponibilização da Aspiração Manual Intrauterina (AMIU) em todos os estabelecimentos de atendimento obstétrico ambulatorial ou hospitalar, garantindo proteção física, psicológica e dos dados sensíveis das mulheres atendidas, observando a Lei Geral de Proteção de Dados.

3. Assegurar financiamento adequado para o funcionamento do SUS, de modo a cumprir efetivamente o direito constitucional, revogando a EC 95 que

impõe o congelamento de repasses federais para a saúde por 20 anos a partir de 2016, e definindo um percentual mínimo de 10% do orçamento próprio na esfera nacional sobre valor bruto do orçamento da União.

4. Resgatar a ampliação da Atenção Primária a Saúde, com retomada das estratégias do Núcleo Ampliado de Saúde da Família - NASF, Saúde Mental e Agentes Comunitários de Saúde, revisando a Política Nacional de Atenção Básica - PNAB, com destaque para a quantidade mínima de ACS por Equipe de Saúde da Família, de acordo com as características sociodemográficas do território e respeitando sua atribuição original.

4.2 Propostas de Abrangência Municipal

Na Plenária Final foram apresentadas 107 propostas municipais, sendo que 60 estavam automaticamente aprovadas e constituindo o Relatório Final por terem sido aprovadas em mais de 1 (um) Grupo de Trabalho. 47 propostas vindas dos Grupos de Trabalho foram apresentadas na Plenária Final, sendo submetidas a destaques para ajustes de redação, alterações, supressões e posterior votação, dos segmentos de usuários, profissionais de saúde e gestores/prestadores de serviço. Nesse processo foram aprovadas 38 propostas.

Apresentamos as 98 propostas municipais aprovadas na Plenária Final da 11ª Conferência Municipal de Saúde:

01	Garantir financiamento de programas para a população em situação de rua.
02	Assegurar condições de infraestrutura e análise ergonômica do trabalho para que as equipes possam utilizar aporte tecnológico necessário à atenção, melhorando o parque tecnológico e a infraestrutura de Tecnologia da Informação (TI), com interoperabilidade entre prestadores de serviço contratualizados e o prontuário eletrônico, em todas as unidades de atendimento da rede municipal, com destaque para troca de computadores, aumento da quantidade de impressoras, com garantia de manutenção regular e efetiva, e ampliação da capacidade e velocidade da rede de internet, com o objetivo de agilizar e qualificar o atendimento ao usuário.
03	Garantir o financiamento público para programas e ações em serviços de saúde pública de Florianópolis. O município de Florianópolis deve assegurar financiamento adequado à saúde com orçamento próprio, com no mínimo 25% da receita corrente líquida municipal, ampliando gradativamente 2% ao ano.

04	Assegurar que os profissionais de saúde da rede pública municipal sejam contratados exclusivamente por concurso público, garantindo quadro efetivo da saúde, para que se viabilize o vínculo com a comunidade e a longitudinalidade do cuidado à saúde, com garantia de ações afirmativas na rede municipal de saúde; salvo situações de emergência em saúde pública mediante publicação de decreto em Diário Oficial.
05	Ampliar a cobertura e assegurar acesso à equipe de saúde bucal, preferencialmente com qualificação em saúde da família, na proporcionalidade de 1 Equipe de Saúde da Família/1 Equipe de Saúde Bucal, para atuarem de forma presencial nos Centros de Saúde durante todo o horário de funcionamento dos serviços de saúde.
06	Assegurar o retorno das atividades e competências dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) conforme previsto na origem da Estratégia de Saúde da Família, com atuação no território, fazendo vínculo entre a equipe e a comunidade por meio da contratação direta dos ACS pelos serviços públicos, na proporção de até 750 habitantes para cada profissional.
07	Revisar a estrutura e oferta da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) municipal, nos moldes reforma psiquiátrica e conforme deliberação da III Conferência Municipal de Saúde Mental em 2022, assegurando a qualificação dos profissionais de saúde da Atenção Primária à Saúde - APS para um atendimento oportuno e adequado, a ampliação dos equipamentos existentes, incluindo farmácia de referência para dispensação de psicotrópicos na própria RAPS, e a implantação de Centro de Atenção Psicossocial - CAPS III adulto, CAPS III norte da ilha, Centro de Atenção Psicossocial álcool e outras drogas – CAPSad III, Centro de Atenção Psicossocial para Crianças e Adolescentes - CAPSi, CAPSi com terceiro turno, Serviço Residencial Terapêutico, Centro de Avaliação, Reabilitação e Desenvolvimento da Aprendizagem - CEDRA, Centro de Convivência e Cultura segundo a realidade dos distritos, a fim de fortalecer os cuidados de saúde mental.
08	Reorientar a assistência farmacêutica municipal para o atendimento às políticas de saúde mental, a fim de garantir que medicamentos para o manejo em saúde mental, acompanhados dos serviços farmacêuticos, estejam disponíveis para suprir as necessidades dos usuários, desde a atenção básica até a especializada, incluindo também a revisão da Relação Municipal de Medicamentos (REMUME) para a ampliação/substituição de medicamentos sempre que necessário, considerando segurança, qualidade, disponibilidade e a descentralização desses medicamentos.
09	Ampliar o acesso geográfico aos medicamentos básicos utilizados no manejo da saúde mental e neurológica (Portaria MS nº 344/98) implantando serviços farmacêuticos integrados ao trabalho em equipe em todos os Centros de Saúde e Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) do município e, da mesma maneira, viabilizar o acesso aos medicamentos especializados utilizados no manejo em saúde mental dos usuários acometidos por esquizofrenia, transtornos bipolar e esquizoafetivo, nos CAPS e Policlínicas Municipais.
10	Ampliar o acesso aos medicamentos especializados aos usuários acometidos por Diabetes, Dislipidemia, Asmas e Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC), e os medicamentos antirretrovirais às Pessoas Vivendo com Vírus da Imunodeficiência Humana - HIV (PVHIV) através da implantação de novas Farmácias de Referência Distritais nos Centros de Saúde, da manutenção das atuais Farmácias de Referência Distritais nas Policlínicas Municipais e da criação de uma nova Farmácia Especializada no Norte da Ilha.
11	Implantar uma política municipal de qualificação dos serviços farmacêuticos, em todos os Centros de Saúde, Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Policlínicas e Unidades de Pronto Atendimento - UPAs, baseados na integralidade da atenção em saúde, adotando protocolos municipais de atenção que incluam a dispensação de medicamentos no contexto do cuidado farmacêutico e a implantação do monitoramento farmacoterapêutico em consultório, nos termos dos instrumentos de referência dos serviços farmacêuticos na Atenção Básica do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS).

12	Institucionalizar e qualificar o trabalho das equipes de farmácia, seja viabilizando a contratação de técnicos ou auxiliares de farmácia para apoiar os serviços farmacêuticos, seja implantando um sistema municipal de certificação/qualificação permanente aos técnicos de enfermagem e técnicos administrativos que já integram o quadro municipal de servidores.
13	Implantar um sistema municipal de gestão de dados e informações que seja capaz de apoiar a gestão da assistência farmacêutica municipal, identificando e monitorando o desabastecimento e os resultados positivos e negativos do uso dos medicamentos (farmacovigilância e farmacoepidemiologia) para subsidiar as tomadas de decisões no processo de cuidado dos usuários.
14	Garantir que as reformas ou implantação de novas farmácias sejam realizadas sob supervisão e análise técnica da equipe de farmacêuticos da gestão municipal, atualmente lotados no Departamento de Assistência Farmacêutica da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) da Prefeitura de Florianópolis (PMF), e que esse trabalho seja realizado em parceria com farmacêuticos lotados nos Centros de Saúde, proporcionando assim as condições adequadas para manutenção da qualidade dos medicamentos e dos atendimentos aos usuários, evitando os vários problemas que o atual fluxo municipal comete nas estruturas físicas das farmácias tanto nos guichês de atendimentos e consultórios farmacêuticos, quanto nos armários para armazenamento.
15	Garantir correlação adequada entre o número e carga horária de profissionais com o horário de funcionamento do Centro de Saúde, com garantia da oferta de todos os serviços durante todo horário de funcionamento. Respeitando as necessidades e vulnerabilidades do território, na definição do melhor horário.
16	Ampliar a infraestrutura dos Centros de Saúde do município, garantindo, no mínimo, 03 consultórios por equipe (Sistema Único de Saúde - SUS como escola), consultórios para equipe multiprofissional e espaços para atendimentos coletivos, garantindo espaços para cuidado integral dos profissionais das equipes, com ênfase na promoção de saúde mental para usuários e equipe.
17	Garantir financiamento de programas para a população em situação de rua, implantando Equipe de Saúde Bucal para a população em situação de rua com unidade móvel específica para esse fim e dois Consultórios na Rua (eCR) no município de Florianópolis contratando profissionais via concurso público, atendendo ao que orienta a portaria nº 1255 de 18 de junho de 2021 do Ministério da Saúde e portaria nº 122 de 25 de janeiro de 2021. A atuação dessas equipes deve ser articulada e integrada com os demais serviços afim de qualificar a Atenção Primária à Saúde e potencializar as ações das equipes para resposta em tempo oportuno às necessidades de saúde da população em situação de rua, incluindo a oferta de testes/exames para doenças infectocontagiosas na Rede de Atenção à Saúde para pessoas em situação de rua.
18	Realizar em caráter imediato concurso público para profissionais de saúde e garantir a chamada dos aprovados no concurso público de 2019 para compor o quadro de recursos humanos da Secretaria Municipal de Saúde - SMS. A SMS deve garantir, em caráter imediato, quadro efetivo da saúde visando a longitudinalidade do cuidado, incluindo técnicos de enfermagem, Agentes Comunitários de Saúde (com qualificação para atuação no território) e profissionais administrativos (com ênfase na área da saúde para resolutividade de questões administrativas como acesso de whatsapp, recepção, etc), de forma a dimensionar o número e carga horária de profissionais e equipes, priorizando, inicialmente, áreas de interesse social e considerando o aumento populacional e critérios sociodemográficos.
19	Implementar um serviço municipal de avaliação e reabilitação a pessoas com suspeita ou diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) e transtornos do desenvolvimento.

20	Contratar imediatamente profissionais especializados através do chamamento urgente dos profissionais de saúde aprovados no Concurso Público de 2019 ou realizar novos concursos públicos contemplando as categorias profissionais de geneticista, oftalmologista, fonoaudiólogo, neuropediatra, terapeuta ocupacional, nutricionista, psicólogo, endocrinopediatra, odontólogo, assistente social, psiquiatra e outros e, também, capacitar os profissionais efetivos da rede de saúde para o atendimento humanizado de crianças e adolescentes, como, por exemplo, com o uso de métodos não farmacológicos de controle da dor e utilização de brinquedos terapêuticos.
21	Reduzir as filas de espera de serviços especializados de atendimento a crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, como o Centro de Avaliação, Reabilitação e Desenvolvimento da Aprendizagem (CEDRA), ampliando número de profissionais para garantir o tratamento, incluindo o neuropediatra.
22	Construção de mais unidades de Centro de Atenção Psicossocial para Crianças e Adolescentes - CAPSi e ampliação do número de profissionais e de Equipes Multiprofissionais de Atenção Especializada em Saúde Mental (EMAESM) nos quatro distritos, para suprir a demanda de atendimento psicossocial.
23	Fortalecer a relação das Instituições de Ensino Superior públicas e privadas do município junto à rede de saúde municipal, articulando ações de ensino, pesquisa e extensão no território.
24	Intensificar o Programa Saúde na Escola (PSE) através da ampliação do número de profissionais efetivos das equipes de saúde da família para atuar de forma integrada, intersetorial (Saúde, Educação e Assistência Social) e transversal nas escolas municipais, principalmente em relação às temáticas de saúde mental, saúde bucal, gênero, Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's), gravidez na adolescência, violências e educação em saúde e capacitar os docentes e trabalhadores da rede de educação para o cuidado aos escolares.
25	Ampliar a força de trabalho de todos os profissionais e trabalhadores em saúde do município de Florianópolis, em todas as unidades de atendimento e níveis de atenção. No caso da enfermagem, seguir as Resoluções Conselho Federal de Enfermagem - COFEN 543/2017, COFEN 509/2016 e/ou outras que vierem a substituir.
26	Cumprir imediatamente o piso salarial da enfermagem, conforme determinado pela Lei 14434/2022 (vencimento-base) garantindo que Florianópolis seja a primeira capital a efetivar a lei, com a implantação da carga horária de 30h para os profissionais de enfermagem.
27	Articular com Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES/ Conselhos de Categoria, a oferta de cursos de Mestrado Profissional para os trabalhadores da Secretaria Municipal de Saúde.
28	Instituir uma Formação Pós-médio (especialização técnica) para os técnicos de enfermagem com foco em atenção primária à saúde, realizado pela Secretaria Municipal de Saúde.
29	Garantir um Sistema de prontuário eletrônico, com registro da consulta de Enfermagem e geração de relatórios confiáveis e aquisição de equipamentos modernos de tecnologias, internet, hardwares e softwares seguros.
30	Assegurar que os hospitais cumpram o Estatuto do Idoso e pessoa com deficiência, garantindo o atendimento prioritário à essa população.
31	Ampliar programas e equipamentos públicos para realização de Atividades Físicas nos bairros com supervisão de profissionais de saúde, como exemplo Programa 60+ e academias ao ar livre e inclusão de profissionais de educação física nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).
32	Garantir atendimento integrado, ampliado, seguro e com respeito à pessoa idosa na qualidade de usuário de serviços públicos e conveniados, para evitar a violência contra a pessoa idosa, com amplo acesso de retorno a consultas especializadas e fortalecer as equipes de saúde da família e multiprofissionais.

33	Criar/desenvolver ações de promoção da saúde e prevenção com destaque para as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's) e acidentes domésticos/quedas na terceira idade.
34	Capacitação/qualificação dos profissionais de saúde no atendimento, acolhimento e sensibilização de todos os pontos da Rede de Atenção em Saúde e nos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) para atendimento humanizado à pessoa idosa, com imediata atuação dos Agentes Comunitários de Saúde nas micro áreas, realizando visitas domiciliares.
35	Criar Centros Dias e Centros de Convivência para idosos pela Prefeitura, com distribuição nas 4 regiões de saúde.
36	Articular as Secretarias Municipais e os Conselhos de Saúde e da Pessoa Idosa para implantação/parceria de programas de atenção e promoção à saúde integral da pessoa idosa.
37	Habilitar serviços nos hospitais de referência regionais para realização de cirurgias eletivas para o processo transexualizador bem como ampliação dos ambulatórios de atenção integral para pessoas travestis e transexuais com atenção ao atendimento humanizado.
38	Garantir a inclusão nas Relações de Medicamentos REMUME (Relação Municipal de Medicamentos) e RENAME (Relação Nacional de Medicamentos Essenciais): Undecanoato de Testosterona, Valerato de Estradiol injetável, Acetato de Ciproterona, 17-Beta estradiol (gel e comprimido), espironolactona e enantato de estradiol injetável e outros medicamentos com estudos e tecnologias vigentes que sejam pertinentes para travestis, mulheres e homens trans e pessoas não binárias.
39	Ampliação dos dias e horários de atendimento do Ambulatório de Atenção Integral para pessoas Travestis e Transexuais do município de Florianópolis por profissionais concursados com carga horária exclusiva com garantia de reserva de vagas para pessoas trans, travestis, não binárias e intersexos.
40	Realizar formação continuada e seminário municipal junto as equipes de saúde da família, multiprofissionais e gestores da rede de atenção à saúde, contemplando os temas: saúde integral LGBTQIAPN+, gênero, orientação sexual, identidade de gênero e violências sexistas, lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas, prevenção ao suicídio, autoagressão e cuidados com saúde mental com efetiva consulta e participação dos movimentos sociais e conselhos LGBTQIAPN+.
41	Promover a saúde sexual e reprodutiva de lésbicas, mulheres bissexuais, mulheres trans, homens trans, pessoas com útero e pessoas não binárias e incluir as Tecnologias de Reprodução Assistida (TRA) adotando os princípios da Política Nacional de Saúde integral de lésbicas e mulheres bissexuais e a política de saúde integral da população LGBT.
42	Adequar os cadastros/fichas dos sistemas físicos e eletrônicos de atendimento da rede Sistema Único de Saúde - SUS com os campos de preenchimento assegurando o nome social, orientação sexual e identidade de gênero com propósito de produzir, gerar e divulgar periodicamente informações sobre a população LGBTQIAPN+ no município desvinculando o sexo/gênero como fator condicional para exames, tais como: PSA, USG, transvaginal, mamografias, preventivos e outros.
43	Implementar como política municipal as atividades de prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's), HIV/Aids, Sífilis, Hepatites Virais, Tuberculoses incluindo Mpx, Clamídia, HPV e outras infecções correlatas incluindo as tecnologias vigentes tais como a profilaxia, Pré-exposição - PREP, a Profilaxia Pós-Exposição – PEP, Testagem rápida, mandala da prevenção combinada, bem como outras que promovam o diagnóstico precoce e garantindo a TARV (Tratamento anti Retro Viral) com oferta de novas tecnologias de tratamento.
44	Garantir a oferta e o acesso das vacinas: Hepatites A; HPV; Meningo B e ACWY e outras vacinas para população LGBTQIAPN+.

45	Fortalecer e qualificar a rede de atenção psicossocial, visando a garantia de acesso das pessoas LGBTQIAPN+ (adultos, crianças e adolescentes) e assegurar nos Centros de Saúde o atendimento de saúde mental prestado pelas equipes de saúde da família e equipes multiprofissionais.
46	Implantar o Centro de Parto Normal (CPN) de Florianópolis.
47	Capacitar os profissionais de saúde da rede municipal para informar sobre aborto seguro visando a redução de danos, promoção de saúde mental e doenças invisíveis.
48	Assegurar e fortalecer a intersetorialidade (políticas de Saúde, Educação e Assistência Social) nas ações de educação em saúde. Incluir no Plano Municipal de Educação e de Assistência Social o Programa Saúde na Escola.
49	Ampliar e fortalecer a rede de proteção de violência contra a mulher com a implantação e implementação de um serviço especializado que atenda integralmente e intersetorialmente as demandas da mulher em situação de violência, a exemplo das Casas da Mulher Brasileira, no município.
50	Garantir a atuação compartilhada de inserção de Dispositivo Intrauterino - DIU por profissionais enfermeiras/os, obstetrias e médicas/os.
51	Oferecer cursos na área de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde - PICS para profissionais de saúde da rede municipal com incentivo a participação, bem como incluir cursos regulares em PICS na formação dos profissionais capacitados.
52	Compor com equipe multiprofissional especializada nas áreas de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde - PICS, estrutura física, mobiliário, equipamentos e instrumentais para avançar nas Práticas Integrativas em Saúde, envolvendo os outros órgãos, devidamente capacitados, facilitando a intersetorialidade na saúde; ampliando essa equipe, com naturólogo, quiroprata, musicoterapeuta e outros que também poderiam capacitar a atuação dos demais profissionais. E propiciar o acesso dos profissionais capacitados nas PICS para atuar na rede pública, com pacientes e cursos, sendo remunerados de forma efetiva, com recursos disponíveis.
53	Realizar concurso público para preenchimento das vagas já existentes de profissionais de saúde na rede, de modo a que não haja sobrecarga dos profissionais, aumentando a oferta e o acesso às Práticas Integrativas e Complementares em Saúde - PICS, nas linhas de cuidado, no trabalho das equipes, as quais já desejam poder ampliar o acesso mas enfrentam sobredemanda e sobrecarga pela falta de profissionais na rede.
54	Incluir e resgatar a medicina dos canabinóides (canabidiol) agregadas à práticas que tenham evidências científicas, e que esteja disponível pelo Sistema Único de Saúde - SUS e promover capacitações em prescrição de canabinóides para os médicos da rede. Prescrição e acompanhamento médico ao uso e disponibilização do óleo de cannabis medicinal com financiamento e produção 100% SUS.
55	Realizar a nomeação imediata de profissionais de saúde aprovados no concurso público de 2019, conforme as necessidades da população. Realizar novo concurso público, com garantia de ações afirmativas, considerando o envelhecimento populacional e categorias profissionais, como geneticista, terapeuta ocupacional, gerontologista, entre outros.
56	Instituir e efetivar um órgão gestor responsável pela Saúde da População Negra no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Florianópolis, composto pelo Comitê Técnico de Saúde da População Negra (já instituído pelo decreto nº 8958/2011) e por uma área técnica/responsável técnico dentro da estrutura da SMS, servidora pública pertencente a população negra. Este órgão será responsável pela implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (Portaria Federal nº 992/2009) a nível municipal e deverá contar com financiamento próprio específico para seu funcionamento e desenvolvimento de suas atividades.

57	Capacitar pacientes/usuários e profissionais de saúde de todos os níveis de atenção através de formação continuada sobre Saúde da População Negra, que aborde o combate ao racismo institucional e estrutural na saúde e inter setorial; a importância do preenchimento adequado do quesito raça/cor e demais informações importantes para base de dados nos sistemas de informação em saúde e as doenças mais prevalentes na população negra.
58	Formular políticas públicas voltadas para comunidades quilombolas e indígenas, urbanas e periurbanas, e imigrantes entre quilombos, como o Quilombo Vidal Martins e demais pessoas remanescentes de Quilombos, que possam ser residentes e serem reconhecidos como quilombola em todo o território do município, para acesso adequado a rede municipal de saúde, com a instituição de uma equipe de estratégia de saúde de família específica para essa comunidade.
59	Criar grupo de trabalho dentro da Secretaria Municipal de Saúde, com a participação de trabalhadores e usuários da rede, para tornar a questão étnico-racial como transversal, nas questões de saúde mental, das populações em situação de rua, privada de liberdade, população migrante e população LGBTQIAPN+, de forma a garantir o acesso e a informação padronizada a todos, principalmente aos mais vulneráveis.
60	Garantir a representação da população negra em todas as instâncias de Controle Social, como: Reestruturação da Coordenadoria de Políticas Públicas da Igualdade Racial, do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial e outros conselhos.
61	Promover Campanha Permanente de Conscientização e garantir o acesso à informação ao trabalhador do seu direito à saúde, exigindo do empregador o respeito a esse direito.
62	Implantação da Linha de Cuidado em doença falciforme na Atenção Básica, incluir a anemia falciforme como doença de notificação compulsória, bem como implementar capacitação em doença falciforme para os profissionais de saúde, conforme Portaria nº 1391 de 16 de agosto de 2005.
63	Adequar e definir protocolos entre as Secretarias Municipais de Saúde e Assistência Social visando atender a população em situação de rua, notadamente em situações de pós internação hospitalar, cirurgias, atendimentos no Centro POP e etc.
64	Implantar programas de habitação social, contemplando alimentação, cultura, esporte, educação, lazer, a fim de garantir qualidade de vida a pessoas em situação de rua, vinculado a um programa de saúde mental, como exemplos: o modelo "Housingfirst", a ampliação do restaurante popular, o programa Braços Abertos.
65	Implementar e aplicar políticas visando garantir a assistência sistemática e integral, respeitando o acesso e o fluxo de referência e contrareferência à pessoa em situação de rua.
66	Rever a política de atenção a população em situação de rua, com a criação de comitês para discutir políticas de saúde humanizada (impedindo ações violentas e internações compulsórias) transversais, intersetoriais e integrais para a visibilidade e escuta da população em situação de rua (exemplo: a implementação de banheiros públicos e pontos de fornecimento de água potável).
67	Estimular a fixação dos profissionais em áreas de vulnerabilidade e nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) através de melhoria na remuneração salarial.
68	Ampliar a vaga de residência para odontologia e demais profissões, garantindo na realidade da assistência em saúde as condições adequadas para ensino em serviço.
69	Garantir os atendimentos das Unidades de Pronto Atendimento - UPAs por gestão municipal direta e desta forma, mas não somente, implantar atendimento de odontologia na UPA Continente, organizando a carteira de serviços da UPA e seu papel na rede de Saúde Bucal.
70	Dimensionar a fila de espera da atenção especializada (Centro de Especialidade Odontológica - CEO) em saúde bucal com adequação de Recursos Humanos

	especializado para reduzir o tempo de espera do usuário.
71	Garantir o programa permanente de qualificação profissional e educação permanente para todos profissionais de saúde.
72	Assegurar que a verba destinada para Saúde Mental e Álcool e Outras Drogas seja toda destinada para os dispositivos públicos, com ênfase nos serviços territoriais da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS, proporcionando a transparência e o acesso às informações relacionadas ao processo de investimento de dinheiro destinado à saúde mental do Estado de Santa Catarina de acordo com a Lei Complementar nº 141/2012 (Lei das Finanças do SUS), com a devida prestação de contas desse investimento.
73	Inclusão na Relação Municipal de Medicamentos - REMUME de psicofármacos atualizados, ampliando a oferta e o acesso aos usuários.
74	Ampliar ações inclusivas, com base no protagonismo dos usuários, tais como: projetos artísticos culturais, hortoterapia, Práticas Integrativas e Complementares em Saúde - PICS, Recovery, terapia ocupacional e inclusão digital nos equipamentos da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS.
75	Educação permanente e de maneira regular qualificada para demandas de saúde mental (adulto, infantil e Álcool e outras Drogas - Ad), nos moldes da capacitação do protocolo de enfermagem, PACK para os profissionais da atenção primária (equipes de saúde da família, equipe consultório na rua, equipes multiprofissionais da Atenção Primária à Saúde - APS), equipe Multiprofissional da Atenção Especializada em Saúde Mental (eMAESM) e Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).
76	Criar o protocolo de enfermagem em saúde mental, alinhar e atualizar os protocolos de saúde mental das equipes multiprofissionais da Atenção Primária à Saúde - APS, equipe Multiprofissional da Atenção Especializada em Saúde Mental (EMAESM) e dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), ampliando questões de saúde mental do PACK e incluindo no protocolo das Unidades de Pronto Atendimento - UPAs a questão de saúde mental.
77	Garantir implementação das propostas municipais e estaduais, deliberadas na 3ª Conferência de Saúde Mental de Florianópolis e na 5ª Conferência Estadual de Saúde Mental.
78	Garantir a participação do controle social no planejamento e acompanhamento da execução das obras das unidades de saúde.
79	Providenciar ações educativas à população e comunicação sobre a organização dos serviços em todas as unidades de saúde por meio da estruturação do setor de comunicação em saúde municipal, contemplando as demandas dos Conselhos Locais, Distritais e Municipais de Saúde.
80	Modernizar os sistemas tecnológicos de vigilância em saúde, e descentralizar as ações de vigilância epidemiológica no município para assegurar a qualidade da atenção.
81	Implantar o Serviço de Atenção Domiciliar (SAD) com equipe multiprofissional, transporte materiais, equipamentos e insumos, garantindo a atenção no território após internação, quando necessário. Garantir que as equipes de Saúde da Família e equipes multiprofissionais na Atenção Primária à Saúde somente atendam pacientes AD1 (atenção domiciliar de baixa complexidade), e as equipes especializadas criadas atuem na atenção domiciliar de pacientes AD2 (atenção domiciliar de média complexidade) e AD3 (atenção domiciliar de alta complexidade), conforme Portaria 963 de 27 de maio de 2013, implantando pelo menos 5 Equipes Multiprofissional de Atenção Domiciliar - EMAD e 2 Equipes Multiprofissional de Apoio - EMAP.

82	Readequar e retomar o que está escrito na Política Municipal da Atenção Primária em Saúde acerca da proporção população/equipe de 2.000 a 2.500 para áreas vulneráveis e 3.000 a 3.500 para as demais, assegurando a relação equipe/população que permita a oferta de serviços de promoção, prevenção, tratamento e recuperação com qualidade, com ampliação das equipes de saúde e reposição de profissionais em especial os médicos, enfermeiros, assistentes administrativos, agentes comunitários de saúde e 2 técnicos de enfermagem por equipe (ou mais nas unidades com 1 ou 2 equipes de Saúde da Família).
83	Implantar medidas de atenção à saúde e de valorização dos trabalhadores: programas de atenção à saúde do trabalhador, salários justos, jornada de trabalho e transparência nas transferências de lotação.
84	Assegurar condições de trabalho aos profissionais de saúde da rede e nível central, dentro dos padrões sanitários, com revisão dos espaços físicos e sua adequação de acordo com a necessidade local e número de equipes de saúde, ambiência, manutenção e reposição de materiais e bens de consumo e garantia da segurança física e moral dos profissionais durante o período de trabalho.
85	Implantar imediatamente o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) na região norte da ilha de Florianópolis, conforme o previsto no plano plurianual 2022-2025 na tipificação de CAPS III Adulto e cumprir pactuação de leitos psiquiátricos em hospitais gerais para demanda do município.
86	Construir nova estrutura física do CS Jurerê e CS Tapera, e criação do Centro de Saúde na Vargem do Bom Jesus, considerando a vulnerabilidade social e as necessidades em saúde deste território.
87	Criar um Centro de Especialidades Odontológicas - CEO no norte da ilha.
88	Garantir participação da Secretaria Municipal de Saúde no planejamento sanitário e coleta de lixo adequados no município, conforme lei 8080.
89	Articular as ações de Práticas Integrativas e Complementares (PICS) e de assistência farmacêutica no município, por meio do incentivo ao uso plantas medicinais, da inclusão na Relação Municipal de Medicamentos - REMUME dos fitoterápicos já padronizados pela Relação Nacional de Medicamentos Essências - RENAME e pelo estabelecimento de parceria com a Companhia Melhoramentos da Capital (COMCAP) para orientação e manutenção dos hortos de plantas medicinais das unidades de saúde e espaços comunitários objetivando o cuidado com o cultivo de plantas medicinais. Assinar o acordo das Farmácias Vivas.
90	Fomentar, com financiamento e recursos humanos qualificados, a ampliação das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) e atividades efetivas de promoção e prevenção na rede pública, em espaços adequados, nos Centros de Saúde e nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), com garantia de percentual de tempo de agenda aos profissionais que atuam com PICS.
91	Contratar profissionais das equipes multiprofissionais (fisioterapeutas, nutricionistas, psicólogos, assistentes sociais, profissionais de educação física, farmacêuticos, terapeuta ocupacional, psiquiatra, arte terapeuta, redutor de danos e psicopedagogos), via concurso público e preferencialmente com qualificação em saúde da família, para atuarem de forma presencial nos Centros de Saúde durante todo o horário de funcionamento dos serviços de saúde, com composição adequada às demandas do território. Garantir a proporção de uma equipe multiprofissional (antigo Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF), com carga horária mínima de 150h semanais, para atendimento de 5 a 9 equipes de Saúde da Família, reorganizando e redimensionando a atuação desses profissionais nos Centros de Saúde.
92	Garantir a gestão e a prestação dos serviços de assistência em saúde por servidores públicos, não privatizando a saúde e revogando a Lei municipal que permite a contratação das Organizações Sociais - OS em Florianópolis.

93	Reduzir o tempo de espera nas consultas de especialidades e exames de média e alta complexidade, viabilizando acesso oportuno e o mais próximo ao local de moradia do usuário. O Estado e o município devem viabilizar alternativas para que o direito à saúde seja garantido em todos os níveis de atenção.
94	Garantir o financiamento para as equipes multiprofissionais com retorno do Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF, assegurando processo de trabalho, estrutura física e material de trabalho e instrumentos de avaliação e monitoramento adequados nos Centros de Saúde.
95	Criar sistema de prontuário eletrônico municipal com registros específicos para cada categoria profissional, seguro e capaz gerar relatórios confiáveis.
96	Mapear as pessoas com deficiência residentes no território dos Centros de Saúde através da vigilância de território e garantir o atendimento prioritário destas pessoas nos serviços de saúde, incluindo Atenção Primária à Saúde e Atenção Especializada.
97	Implantação de plano emergencial sistêmico e integrado de combate a dengue.
98	Ampliar a capacitação profissional dos serviços prestados às pessoas com deficiência, assegurando seus direitos, prioridade de atendimento e insumos necessários, incluindo o atendimento domiciliar.

5. MOÇÕES APROVADAS NA PLENÁRIA FINAL

Total de Moções = 7

Moção nº 1

Tipo: Defesa

Destinatários: Federal e Estadual

DEFESA DA MODALIDADE PRESENCIAL NA GRADUAÇÃO DA SAÚDE

Em defesa da modalidade presencial na graduação em saúde. Pelo fortalecimento da integração ensino-serviço-comunidade na formação em saúde. Contra amodalidade EaD em graduação e a mercantilização da educação.

Moção nº2

Tipo: Repúdio

Destinatário: Municipal

REPUDIUM À TERCEIRIZAÇÃO DA CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO (ALMOXARIFADO CENTRAL DE MEDICAMENTOS) DE FLORIANÓPOLIS

Nós, abaixo-assinados, viemos por meio desta moção de repúdio manifestar a nossa contrariedade à terceirização da central de abastecimento farmacêutico de Florianópolis. A terceirização aconteceu em 2019 e na ocasião já ficou evidente que o serviço prestado pela empresa privada/terceirizada era de qualidade inferior ao desenvolvido até então pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS/PMF) e seus servidores de carreira. Acompanhamos estarecidos a perda de medicamentos e desperdício de dinheiro público por problemas técnicos de armazenamento e de distribuição de medicamentos pela empresa contratada na época. Desde então, outra empresa assumiu o serviço cuja sede não se localiza na cidade de Florianópolis, obrigando os caminhões a percorrerem uma distância maior para entregarem os medicamentos às unidades de saúde da cidade. Além disso, ainda hoje observamos que a qualidade permanece inferior e a um custo possivelmente maior que o prestado pela SMS/PMF antes da terceirização.

Entendemos também que a terceirização precariza as relações de trabalho, muitas vezes com contatos de trabalho precários e desigualdade salarial, refletindo em prejuízos ao atendimento à população. Outro aspecto negativo da terceirização é a falta de controle orçamentário, quase sempre onerando ainda mais os cofres públicos, sem controle social por parte dos usuários e trabalhadores.

Desta forma, solicitamos que a central de abastecimento farmacêutico retorne para o controle integral da administração pública direta.

Moção nº3

Tipo: Repúdio

Destinatário: Municipal

REPÚDIO AO NÃO CUMPRIMENTO DAS METAS DE 2022 DO PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE RELACIONADAS À ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

Nós, abaixo-assinados, viemos por meio desta moção de repúdio manifestar a nossa contrariedade pelo não cumprimento das metas relacionadas à assistência farmacêutica no Plano Municipal de Saúde 2022-2025.

O Plano Municipal de Saúde tem como meta a implantação de 5 novas farmácias de referência entre os anos de 2022 a 2025. Para o ano de 2022 estavam previstas a criação de 2 farmácias, o que infelizmente não ocorreu mesmo após reformas e ampliações de determinados Centros de Saúde. A meta prevê uma nova farmácia em 2023, uma em 2024 e uma em 2025.

Atualmente os medicamentos básicos utilizados no manejo em saúde mental e neurológica (Port. MS 344/98) estão acessíveis somente em farmácias de referência localizadas em 6 Centros de Saúde e 4 policlínicas, dificultando o acesso a população atendida nos 44 Centros de Saúde cujas farmácias não disponibilizam esses medicamentos. É fundamental que todos moradores de Florianópolis tenham acesso a todos os medicamentos essenciais o mais próximo possível da sua residência ou local de trabalho.

Desta forma, solicitamos o imediato cumprimento das metas estabelecidas no Plano Municipal de Saúde, documento elaborado com base nas deliberações da 10ª Conferência Municipal de Saúde.

Moção nº4

Tipo: Defesa

Destinatário: Municipal

DEFESA DA AMPLIAÇÃO IMEDIATA DO NÚMERO DE EQUIPES DE SAÚDE BUCAL DE FLORIANÓPOLIS

Considerando a baixa cobertura de saúde bucal no município de Florianópolis, especialmente em locais de importante vulnerabilidade social, o acesso dos usuários aos tratamentos odontológicos encontra-se muito prejudicado.

Desta forma, os presentes na 11ª Conferência Municipal de Saúde defendem a ampliação imediata do número de equipes de saúde bucal (cirurgião dentista, auxiliar de saúde bucal e/ou técnico de saúde bucal) de Florianópolis com o chamamento dos concursados.

Moção nº5

Tipo: Apoio

Destinatário: Municipal

CONSTRUÇÃO DE UM NOVO CENTRO DE SAÚDE

Considerando o crescimento populacional do território dos bairros Monte Verde e Saco Grande; considerando que a população ativa é de aproximadamente 21 mil pessoas (GEINFO - PMF); considerando os dados estimados do IBGE para 2021 de 22 mil pessoas; considerando a atual estrutura física do Centro de Saúde Saco Grande e Monte Verde; considerando a expansão do tempo de abertura do Centro de Saúde para 12 horas diárias; considerando que atualmente o Centro de Saúde conta apenas com 7 Equipes de Saúde de Família, com profissionais que trabalham apenas 8h diárias; considerando os territórios de vulnerabilidade social do Centro de Saúde Saco Grande, viemos por meio desta moção solicitar a construção de um novo Centro de Saúde no território para redistribuição populacional, de acordo com a taxa de crescimento populacional do território.

Moção nº6

Tipo: Apoio

Destinatário: Federal

QUE OS CONSELHEIROS DE TRIBUNAIS DE CONTAS ESTADUAIS SEJAM ELEITOS PELO VOTO DIRETO

Manifesta apoio à Proposta de Emenda Constitucional no artigo 75 da Constituição Federal propondo que os conselheiros de Tribunais de Contas

Estaduais sejam eleitos pelo voto direto.

Os participantes da 11ª Conferência Municipal de Saúde de Florianópolis, Santa Catarina, realizada nos dias 30 de março até 1º de abril de 2023, na Universidade Federal de Santa Catarina e no uso de suas competências regimentais,

Considerando que o conselheiro de Tribunal de Contas fiscaliza o gestor Municipal de Saúde e o gestor Estadual de Saúde;

Considerando que na atualidade o cargo de conselheiro de Tribunal de Contas é nomeado ou eleito indiretamente;

Considerando a necessidade da defesa da Democracia e do fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a defesa de eleições diretas para o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas Estadual, com mandato de 4 anos

Encaminham o Presidente do Congresso Nacional, Senador Rodrigo Pacheco, e manifestam o apoio à Proposta de Emenda Constitucional no artigo 75 com a seguinte redação:

“Art. 75 – As normas estabelecidas nesta seção aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios. **Parágrafo único** As Constituições Estaduais disporão sobre os Tribunais de Contas respectivos, que serão integrados por sete Conselheiros eleitos diretamente pelo povo”.

Moção nº7

Tipo: Apoio

Destinatários: Federal

REESTRUTURAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL

Moção de apoio dos/as residentes do Programa de Residência Multiprofissional participantes da 11ª Conferência Municipal de Saúde de Florianópolis, realizada nos dias 30 de março até 1º de abril de 2023.

As Residências em Área Profissional da Saúde foram criadas pela Lei 11.129/2005, e suas regulamentações e normatizações são feitas por instrumentos infra-legais, como Portarias Interministeriais entre o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde e Resoluções da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS). Com isso, o arcabouço jurídico-legal apresenta fragilidade e flexibilidade, estendendo tais características à execução e fiscalização dos Programas de Residência. Desta forma, e considerando que:

- Os residentes multiprofissionais recebem bolsa-salário do Ministério da Saúde no valor de R\$4.106,09. Com desconto automático de 11% do INSS, restando R\$3.654,43 para o custeio de todos os gastos (moradia, transporte, alimentação);

- O Programa de Residência Multiprofissional possui carga horária total de 5760 horas (60 horas/semana), com **regime de dedicação exclusiva**, com 20% da carga horária de atividades teóricas (1152 horas) e 80% de atividades

práticas e teórico-práticas (4608 horas), com duração mínima de 24 meses;
- O Projeto de Lei nº 504/21 que cria a Política Nacional de Residência em Área Profissional de Saúde.

Vimos por meio desta moção exigir a reestruturação dos Programas de Residência Multiprofissional, bem como garantir os direitos dos profissionais residentes, por parte do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação, de acordo com suas particularidades legais:

- Direito a atestado sem compensação de carga horária;
- Redução e requalificação da carga horária de 60h/semanais de trabalho para 40h/semanais;
- Auxílio permanência, vale alimentação e vale transporte acrescidos à bolsa-salário.

Solicitamos à Câmara de Deputados:

- A designação de relator na Comissão de Saúde para tramitação do Projeto de Lei nº 504/2021;
- E a aprovação do Projeto de Lei nº 504/2021

6. DELEGADOS ELEITOS NA 11ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FLORIANÓPOLIS PARA REPRESENTAR O MUNICÍPIO NA ETAPA MACROREGIONAL DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

6. Delegados Eleitos na 11ª Conferência Municipal de Saúde de Florianópolis para representar o município na Etapa Macroregional da Grande Florianópolis

Segmento de Usuários	
Titularidade	Delegados
Titular	CarmenMary de Souza Souto
Titular	Edilma Pereira Lima
Titular	Maria Estela Conceição
Titular	Marcelo Pacheco de Freitas
Titular	AlbertinaPrá da Silva
Titular	GustavoJubiraciDroguetti Lanza
1º Suplente	Priscila Zacarias
2º Suplente	Claudia Cristina Francisco
3º Suplente	Luciano Abreu

Segmento de Profissional de Saúde	
Titularidade	Delegados
Titular	Marcello Medeiros Lucena
Titular	Francis Solange Vieira Tourinho
Titular	Laíne Motter Oliveira
1º Suplente	Cleusa Maria Pereira
2º Suplente	Alessandra da Silva

Segmento de Gestor/ Prestador de Serviço em Saúde	
Titularidade	Delegados
Titular	Ingrid Pires Silva
Titular	Gerusa Machado
Titular	Luciano Terra das Neves Neto
1º Suplente	Karina Correa Wengerievicz

7. ANEXOS

7.1 Anexo 1

RESOLUÇÃO Nº. 07/CMS/2022, Diário Oficial Eletrônico de Florianópolis Edição nº 3286 - 26 de setembro de 2022 – pág.3. Dispõe sobre a aprovação da realização da 11ª Conferência Municipal de Saúde de Florianópolis.

7.2 Anexo 2

DECRETO N. 24.446, Diário Oficial Eletrônico de Florianópolis Edição nº 3323 – 22 de novembro de 2022 - pág. 1. Convoca a 11ª Conferência Municipal de Saúde de Florianópolis.

7.3 Anexo 3

RESOLUÇÃO Nº. 08/CMS/2022, Diário Oficial Eletrônico de Florianópolis Edição nº 3331 - 2 de dezembro de 2022 – pág. 11. Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno da 11ª Conferência Municipal de Saúde de Florianópolis.

7.4 Anexo 4

REGULAMENTO da 11ª Conferência Municipal de Saúde de Florianópolis apresentada na 212ª Plenária do Conselho Municipal de Saúde realizada em 28 de fevereiro 2023. Versão final aprovada na Plenária de Abertura da 11ª Conferência Municipal de Saúde de Florianópolis, realizada em 30 de março de 2023.

